

**LEI Nº 02, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025.**

**“DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DO (A) DIRETOR (A) GERAL DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE JURANDIR MENDES, DO MUNICÍPIO DE ANGICAL DO PIAUÍ - PI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ANGICAL DO PIAUÍ/PI, BRUNO FERREIRA SOBRINHO NETO**, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Esta Lei define as atribuições e estabelece a remuneração relacionada ao cargo de Diretor (a) Geral da Unidade Mista de Saúde Jurandir Mendes, do município de Angical do Piauí - PI.

**Art. 2º** Para título de remuneração ao cargo de Diretor (a) Geral da Unidade Mista de Saúde Jurandir Mendes, fica determinado o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

**Art. 3º** Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, como contrapartida do Município de Angical do Piauí - PI, serão utilizadas dotações orçamentárias consignadas no orçamento, compreendendo FPM - Fundo de Participação do Município e receita própria do Município. (Redação dada pela Lei Municipal nº 536, de 2013) (Vigência)

**Art. 4º** As atribuições do (a) Diretor (a) Geral da Unidade Mista de Saúde Jurandir Mendes são as previstas na legislação municipal. (Vide Lei Municipal nº 536, de 2013)

**Art. 5º** As competências e habilidades do (a) Diretor (a) Geral da Unidade Mista de Saúde Jurandir Mendes são as previstas no âmbito desta Lei.

**Art. 6º** São competências do (a) Diretor (a) Geral da Unidade Mista de Saúde Jurandir Mendes:

- I** - Assegurar que os médicos plantonistas hospitalares elaborem evoluções e prescrições diárias de seus pacientes, assentadas nos prontuários;
- II** - Disponibilizar livro ou meio digital para registro de ocorrências aos médicos plantonistas;
- III** - Realizar escala mensal dos médicos e enfermeiros plantonistas hospitalares, divulgando-a ao final de cada mês.

**Art. 7º** São deveres do (a) Diretor (a) Geral da Unidade Mista de Saúde Jurandir Mendes:

- I** - Dirigir e coordenar a Instituição e toda a estrutura do Pronto Atendimento/Unidade Mista de Saúde;
- II** - Supervisionar a efetiva realização dos atos médicos; da compatibilidade dos recursos disponíveis, realizando esta análise junto ao (a) Secretário (a) Municipal de Saúde e Saneamento; da garantia das prerrogativas do profissional médico e da garantia de assistência disponível aos pacientes;
- III** - Atestar a realização de atos médicos sempre que necessário;
- IV** - Diante de ausências por faltas, adoecimentos ou quaisquer intercorrências que impossibilitem a presença do médico no dia do plantão, a substituição é de inteira responsabilidade do (a) Diretor (a) Geral.
- V** - Zelar pelo fiel cumprimento desta Lei.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2025.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Angical do Piauí, Estado do Piauí, aos 06 dias do mês de fevereiro de 2025.

---

**Bruno Ferreira Sobrinho Neto**  
- Prefeito Municipal -